



Ministério da Defesa

COMANDO DA AERONÁUTICA
EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA
AEROPORTUÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO NOROESTE,
ATO ADMINISTRATIVO Nº 81, DE 30 DE ABRIL DE 2002

A Superintendente Regional do Noroeste, da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela alínea "c" do subitem 10.2 da NI 6.01-C (LCT), de 14 de fevereiro de 2002, tendo em vista as informações constantes do processo referente ao Termo de Contrato nº 027 - ST/CNMN/00 - 0025 e na CF nº 809/ATMN/2002. Resolve:

Aplicar à empresa ATP - Tecnologia e Produtos S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 38.059.846/0001-70, a penalidade de multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato, perfazendo o valor de R\$ 19.867,25 (dezenove mil, oitocentos e sessenta e sete reais e vinte e cinco centavos), por terem descumprido obrigações contratuais, deixando de regularizar a situação fiscal da empresa junto ao SICAF, contrariando as subcláusulas 6.1.37 e 6.1.29; desatendendo a programação de produção prevista no instrumento contratual e reprogramação solicitada pela INFRAERO, contrariando as subcláusulas 6.1.1 e 2.2.1; deixando de apresentar os filmes quando da apresentação de faturas, contrariando a subcláusula 6.1.1 do TC e 2.5.5 do Caderno de Especificações Técnicas; apresentando serviços com padrão fora do indicado nas especificações técnicas, contrariando as subcláusulas 6.1.1 e 6.1.38 e deixando de atualizar a garantia caucionária do instrumento contratual, contrariando a subcláusula 13.1, relativas ao Termo de Contrato nº 027-ST/CNMN/00-0025.

Esta penalidade está sendo aplicada com fundamento no inciso II, do Artigo 87 da Lei 8.666/93, com redação atualizada, combinado com o subitem 8.1.5 do supramencionado Termo de Contrato e, ainda, com o inciso II do Art. 85 do Regulamento de Licitações e Contratos da INFRAERO.

ELIZABETH DA CUNHA CHAVES

(Of. El. nº 156/SRMN/02)

Ministério da Educação

ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE CODÓ
PORTARIA Nº 76, DE 9 DE ABRIL DE 2002

O DIRETOR-GERAL DA ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE CODÓ, do Ministério da Educação, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, resolve:

Retificar o Edital nº 03 de 20.03.02, publicado no DOU de 01.04.02, na letra "F", onde se lê: "Luís Henrique Muniz" leia-se "Luís Henrique Muniz Béliche", onde se lê : "Wolney de Jesus Campos", leia-se " Wolney de Jesus Campos Costa"

FRANCISCO DAS CHAGAS BARBOSA BRANDÃO

(Of. El. nº 90/2002)

ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA
PORTARIA Nº 107, DE 2 DE MAIO DE 2002

O DIRETOR-GERAL DA ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA - AM, no uso de sua competência, conforme a Portaria nº 971, de 01.09.98, do Regimento Interno desta IFE, publicado no D.O.U. de 03.09.98, resolve:

Aprovar a alteração na denominação dos Cargos, Funções Gratificadas e dos respectivos Códigos desta Escola, constantes na Portaria nº 290, de 18/10/2001.

| Nº de or-dem | Situação Anterior | Código | Nova Situação | Código |
|--------------|-------------------------------------|--------|---|--------|
| | Denominação do Cargo ou Função | | Denominação do Cargo ou Função | |
| 01 | Setor de Compras | FG-5 | Setor de Capacitação e Desenv. de RH | FG-5 |
| 02 | Seção de Acompanhamento ao Educando | FG-4 | Coordenação de Acompanhamento ao Educando | FG-3 |

| | | | | |
|----|------------------------------------|------|------------------------------------|------|
| 03 | Coordenação de Projetos e Produção | FG-3 | Coordenação de Projetos e Produção | FG-4 |
| 04 | Setor de Cadastro e Pagamento | FG-5 | Setor de Cadastro e Pagamento | FG-4 |
| 05 | Seção de Auditoria Interna | FG-4 | Seção de Auditoria Interna | FG-5 |

JOSÉ MARIA PINHEIRO GOMES

(Of. El. nº 36/2002)

ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SERTÃO
PORTARIA Nº 96, DE 2 DE MAIO DE 2002

O Diretor-Geral da Escola Agrotécnica Federal de Sertão, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o constante na Lei nº 10.187 de 12/12/01, Decreto nº 3.932, de 19/09/01 e Lei nº 10.405, de 09/01/02, resolve:

RETIFICAR, as normas de regulamentação de avaliação docente para fins de concessão da Gratificação de Incentivo a Docência - GID, proposta pelo Comitê de Avaliação Docente desta escola, conforme anexo único desta Portaria.

NICE LIVIO BORSOI

ANEXO ÚNICO

RETIFICAÇÃO DO REGULAMENTO DA GRATIFICAÇÃO DE INCENTIVO À DOCÊNCIA (GID)

Art. 3º - A gratificação (GID) instituída neste regulamento terá o limite máximo de 80 (oitenta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no anexo II da referida lei.

§ 1º - O limite global de pontuação mensal corresponderá, em cada Instituição, a 80 (oitenta) vezes o número de professores de 1º e 2º Graus ativos, e sempre que a instituição ultrapassar 75 (setenta e cinco) vezes o número de professores de 1º e 2º Graus ativos, a sua ampliação dependerá de autorização expressa Ministro de Estado da Educação, mediante justificativa apresentada pela IFE no seu plano de desenvolvimento institucional, sendo que a pontuação atribuída a cada professor observará regulamento por ela estabelecido, que incluirá, obrigatoriamente, a carga horária semanal em sala de aula, o número de alunos sob sua responsabilidade, a avaliação qualitativa de suas aulas e a participação em projetos e programas de interesse da Instituição.

Parágrafo único: O cálculo para obtenção do total de pontos destinados a cada grupo obedecerá a seguinte fórmula:

TPG = NPG X 75;

TPG = Total de pontos do grupo;

NPG = Número de professores do grupo;

75 = Fator de multiplicação de acordo com Decreto 3.932/01;

Art. 4º - A periodicidade da revisão de pontuação estabelecida nos termos do parágrafo segundo do Art. 3º, será processado de forma semestral.

§ 1º - A avaliação de cada docente referente ao primeiro período será de fevereiro a julho, com processamento das avaliações em agosto, e o segundo período de avaliação será de agosto a janeiro, com processamento das avaliações em fevereiro.

§ 2º - Para efeito do cálculo da pontuação observar-se-á os últimos doze meses.

CARLOS ALBERTO IMLAU

Presidente do CAD

(Of. El. nº 91/2002)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

PORTARIA Nº 267, DE 3 DE MAIO DE 2002

A Reitora da Universidade Federal de Juiz de Fora no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na Resolução nº 22/98, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e no Edital nº 002/2002, de 22/01/2002, publicado no DOU 24/01/2002, retificado pelo edital 004/2002, publicado no DOU de 29/01/2002, bem assim o que consta do Processo nº 23071.008954/2000-31, resolve:

Homologar e tornar público o resultado do Concurso Público para provimento do cargo de Professor Adjunto, para o Departamento de Parasitologia, Microbiologia e Imunologia, em regime de trabalho de dedicação exclusiva, considerando aprovadas para o conjunto de disciplinas "Parasitologia, Parasitologia Geral e Aplicada e Parasitologia Aplicada à Odontologia" as seguintes candidatas:

| | | | | |
|-----------|---------------------------|----------|-------|-------|
| a- | Elaine Soares | Coimbra, | nota | final |
| 86,7..... | 1º lugar | | | |
| b- | Ana Carolina Souza | Chagas, | nota | final |
| 77,3..... | 2º lugar | | | |
| c- | Maria Aparecida de Souza, | nota | final | |
| 76,1..... | 3º lugar | | | |

Considerando-se classificada, para efeito de nomeação a candidata Elaine Soares Coimbra por ter sido aprovada em primeiro lugar.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA MARGARIDA MARTINS SALOMÃO

(Of. El. nº 84/2002)

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 109, DE 6 DE MAIO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 2º e § 2º do art. 4º da Lei nº 9.526, de 8 de dezembro de 1997, acrescido pelo art. 1º da Lei nº 9.814, de 23 de agosto de 1999, e considerando a necessidade do estabelecimento dos procedimentos para devolução dos saldos das contas de depósitos não recadastradas, em conformidade com o Sistema de Pagamentos Brasileiro, resolve:

Art. 1º Os interessados em obter a devolução dos saldos das contas não recadastradas, de que trata a Lei nº 9.526, de 1997, alterada pela Lei nº 9.814, de 1999, deverão proceder em conformidade com o procedimento estabelecido nesta Portaria.

Art. 2º O detentor da conta não recadastrada deverá procurar a instituição financeira depositária, conforme previsto na legislação.

Art. 3º A devolução dos referidos saldos estará condicionada ao fornecimento, pelo reclamante, das seguintes informações:

- a) Banco, agência e conta corrente originais;
- b) Valor a ser restituído (principal e remuneração);
- c) CPF ou CNPJ do beneficiário;
- d) Banco, agência e conta corrente a ser creditada.

Parágrafo único: Nos casos em que o beneficiário não possua conta corrente, e o valor a ser restituído seja inferior a R\$1.000,00 (um mil reais), a informação da conta corrente a ser creditada referida no item "d" não será obrigatória.

Art. 4º As solicitações de devolução serão encaminhadas pelas instituições financeiras ao Banco Central do Brasil - BACEN, por meio de transação específica no SISBACEN denominada PESP540, onde serão registrados os dados do reclamante.

Art. 5º Com base nas informações exigidas, a Secretaria do Tesouro Nacional efetuará a devolução dos saldos, por meio de emissão automática de Ordem Bancária - OB, no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI.

Art. 6º Os recursos financeiros, relativos às devoluções de que trata esta Portaria, serão disponibilizados às instituições financeiras por meio da mensagem STN0015 - "Tesouro requisita transferência de recursos da Conta Única para conta corrente", constante do catálogo de mensagens do Sistema de Pagamento Brasileiro - SPB.

Parágrafo único. Nos casos específicos em que a informação da conta corrente não for obrigatória, o campo Conta Creditada (CT-Credtd) da mensagem SPB referida no caput será preenchido com o número 0 (zero).

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PEDRO SAMPAIO MALAN

(Of. El. nº 149)

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 22, DE 30 DE ABRIL DE 2002

Declara alfandegado o Porto Organizado de Salvador, localizado na cidade de Salvador/BA.

O Secretário da Receita Federal, no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º, inciso I, do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 91.030, de 5 de março de 1985, considerando o disposto na Portaria SRF nº 1.743, de 12 de agosto de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 12689.000060/96-44, declara:

Art. 1º Alfandegado o Porto Organizado de Salvador, localizado à Avenida da França, nº 1.551, Estação Marítima Visconde de Cairu, Comércio - Salvador, Estado da Bahia.

Art. 2º O referido porto ficará sob a jurisdição da Alfândega do Porto de Salvador, que poderá estabelecer as rotinas operacionais necessárias.

Art. 3º O porto ora alfandegado é administrado pela Companhia Docas do Estado da Bahia - CODEBA, CNPJ nº 14.372.148/0001-61, que assumirá a condição de fiel depositário das mercadorias sob a sua guarda.

Art. 4º Nos termos do parágrafo único do art. 4º do Decreto nº 1.912, de 21 de maio de 1996, fica a Companhia Docas do Estado da Bahia - CODEBA dispensada, pelo prazo de cinco anos, a contar da data de publicação deste ato, do pagamento ao Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização - FUNDAF, instituído pelo Decreto-lei nº 1.437, de 17 de dezembro de 1975.

Art. 5º Permanece inalterado o código 5.92.13.01-9, atribuído ao referido recinto.

Art. 6º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

EVERARDO MACIEL